

CNPJ: 03.133.097/0001-07
RUA DOM AQUINO 346
C.E.P.: 78770-000 - Alto Garças - MT

015
fai

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo:	125/2020
Processo de Licitação:	125/2020
Modalidade:	Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação:	38/2020-DL
Data do Processo:	22/10/2020
Data da Abertura das Propostas:	04/11/2020
Hora da Abertura das Propostas:	14:00 horas

Texto do Parecer Jurídico:

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Atendendo ao disposto no artigo 38, inciso VI da Lei nº 8.666/93, passo a emitir Parecer de Natureza Jurídica para a aprovação do procedimento de Dispensa de Licitação.

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS:

Analisando detidamente os autos do processo de Dispensa supra epigrafado, constatamos que o mesmo atendeu as exigências da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Nesse norte, destaca-se que a legislação pátria que regula as Licitações e Contratos Públicos (Lei nº. 8.666/93) autoriza a Administração Pública a proceder a dispensa do procedimento licitatório, em face de determinados valores e outras circunstâncias expressamente contempladas pela lei como ensejadas de dispensa, mormente aquelas previstas em seu artigo 24.

Conforme se observa pelo teor da justificativa apresentada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, verifica-se que o valor da contratação almejada pela Administração Pública é inferior aquele previsto pela legislação pátria supra mencionada, incidindo, destarte, na autorização prevista no inciso II, do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93, in verbis:

"Art. 24. É dispensável a licitação quando:

II - para outros serviços e compra de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez."

Art. 23. As modalidade de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Destarte, de acordo com a fundamentação supra, a Assessoria Jurídica emite parecer favorável a que o Poder Executivo Municipal proceda então a Dispensa de Licitação.

Ressalta-se que o presente parecer se restringe apenas e tão somente à legalidade formal do procedimento, não sendo objeto de apreciação pela Assessoria Jurídica a compatibilidade dos preços, tampouco a real necessidade da contratação.

Alto Garças, 22.10.2020.


GISLAÍNE SARA MOREIRA MORAES MARTINS